



ARTIGOS



Marcas Da Religião Na Educação:

Gênero, Sexualidade E Formação Docente

Lucimar da Luz LEITE, *Universidade Estadual de Maringá*

Eliane Rose MAIO, *Universidade Estadual de Maringá*

Resumo: Este texto socializa os resultados de pesquisa de Doutorado cujo objetivo foi estudar as compreensões de acadêmicas/o, de uma universidade pública localizada em Campo Mourão, PR, sobre temáticas relacionadas ao gênero e à sexualidade, no sentido de compreender a influência da religião nesse meio. Para tanto, fez-se uso de aplicação de questionário e da realização de Grupo Focal com 18 acadêmicas e 01 acadêmico do 2º ano do Curso de Pedagogia. Os resultados alcançados indicam a influência da religião de matriz cristã e do movimento partidário da direita conservadora sobre a educação, em especial, sobre os estudos de gênero e de sexualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Sexualidade. Religião. Formação Docente.



Introdução

Os estudos sobre gênero e sexualidade, no Brasil, vêm ganhando espaço no âmbito das discussões acadêmicas, sociais e políticas. No entanto, há circunstâncias que carecem ser pensadas, principalmente quanto a sua implementação, a qual ainda demonstra resistência por parte de grupos e de setores internos e externos à educação. Tal resistência está relacionada, entre outras coisas, com a propagação de ideias conservadoras e fundamentalistas, que são asseguradas pela religião de matriz cristã. Mesmo com os mecanismos jurídicos/constitucionais que garantem a laicidade, ou seja, a não interferência religiosa nas decisões de Estado, atualmente, ainda é evidente a presença do pensamento cristão nos espaços públicos, sobretudo, nos educacionais (MARTINO, 2012; ORO, 2016). Isso avigora a resistência sobre as temáticas de gênero e de sexualidade e sobre outras tantas que abordam os direitos humanos (FURLANI, 2016). Em nome da fé e dos ‘bons costumes’, líderes religiosas/os e políticas/os invocam as suas crenças religiosas para justificar políticas públicas e educacionais reforçadas pelas ‘verdades’ criadas que reiteram o padrão cis-heteronormativo, burguês, moralista e conservador.

Nesse sentido, apontamos que a inclusão do tema gênero e sexualidade são necessárias nos cursos de formação docente, seja inicial, seja continuada, e no contexto da escola, a fim de promover a igualdade de gênero e, conseqüentemente, de diminuir o machismo, o sexismo, a desigualdade, a discriminação, o preconceito, a violência e os padrões heteronormativos (BRAGA, 2010a; LOURO, 1997, 2011; FERREIRA, 2006; MAIO, 2011; SEFFNER, 2006; FURLANI, 2016).

Mediante essas considerações, este texto, socializa os resultados da pesquisa de Doutorado, realizada entre os anos de 2017 e 2020, cujo objetivo foi investigar as compreensões de 18 acadêmicas e 01 acadêmico (na faixa etária de 20 a 35 anos), do 2º ano do Curso de Licenciatura em Pedagogia de uma universidade pública localizada em Campo Mourão, PR, sobre as seguintes temáticas: gênero, sexualidade e religião.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, a qual buscou, por meio da aplicação de questionário e da realização de Grupo Focal, coletar dados sobre temáticas relacionadas ao gênero e à sexualidade, no sentido de



compreender a influência da religião nesse meio. O Grupo Focal foi estruturado em três encontros. Cada sessão foi permeada por questões norteadoras semiestruturadas e por materiais problematizadores (Vídeo Nome Provisório, filme Orações para Bobby e Reportagem sobre o Plano Municipal de Educação, Campo Mourão 2015), que versam sobre as representações de gênero e de sexualidade, bem como sobre a religião no espaço escolar e na formação docente.

Além dos três encontros de grupos focais, houve um quarto encontro em que aplicamos dois questionários. O primeiro é referente ao perfil da turma. No segundo, retomamos algumas questões sobre a temática, com o intuito de aprofundar alguns aspectos da pesquisa que não foram observados durante o debate em grupo.

As/o participantes desta pesquisa não serão identificadas/o por seus nomes próprios para que possamos prezar pela ética na pesquisa. A identificação também não será feita por meio de nomes fictícios, pela impossibilidade de reconhecer cada fala individual, já que são distinguidos somente os momentos de mudança de falas. Desse modo, utilizamos fragmentos compostos por um conjunto de falas e não falas individuais. Para mostrar as variações de falas compostas nos fragmentos, utilizamos, no fim de cada uma, a palavra **participante** e, em seguida, a sequência numérica de acordo com a ordem de transcrição.

De modo geral, os resultados alcançados indicam a influência da religião de matriz cristã e do movimento partidário da direita conservadora sobre a educação, e em especial, sobre os estudos de gênero e de sexualidade. Isso tem alimentado as aversões em relação a essa temática, as quais são propagadas por meio de ideias fundamentalistas em favor da manutenção de padrões (cis)normativos. Tal atuação tem inibido políticas públicas que discutam os direitos humanos, bem como tem colocado em risco o princípio da laicidade na educação pública.

Gênero, Sexo E Sexualidade: Compreensões Conceituais

Gênero, sexo, e sexualidade são conceitos que se diferem, mas que estão relacionados (BUTLER, 2003; LOURO, 1997; BRAGA, 2010b). Sexo, por exemplo, relaciona-se ao fator biológico (BRAGA 2010b). Em



contrapartida, o gênero diz respeito às edificações de ensino e aprendizagens que são vivenciadas nos diferentes espaços em que ocorrem as socializações (BRAGA, 2010a). Além da compreensão de gênero como construção social e cultural, Louro (1997, p. 25) chama-nos a atenção para sua relação com a sexualidade, pois “[...] é importante que notemos que grande parte dos discursos sobre gênero de algum modo incluem ou englobam as questões de sexualidade [...]”. Para essa autora, a sexualidade é ampla e envolve vários aspectos, como as palavras, as imagens, os diversos desejos, o ritual e a fantasia.

Ao instigarmos as/o participantes dessa pesquisa acerca das abordagens conceituais de gênero, de sexo e de sexualidade e suas correlações por meio de perguntas como (O que é gênero? O que é sexualidade? O que é sexo? Os conceitos gênero, sexo e sexualidade são iguais ou diferentes? Por quê? Você pode explicar melhor?), tendo como material problematizador o filme *Nome Provisório*, no diálogo do grupo, identificamos que a concepção de gênero se relaciona ao comportamento e às vivências sociais, elementos que pertencem ao atributo cultural. Há também o destaque explícito ao entendimento de sexo e de gênero como elementos que não se diferem. Além disso, é evidente, nas considerações das/o participantes, a existência de dúvidas e de incoerências nas abrangências dos conceitos de gênero, de sexo e de sexualidade. Tal constatação é evidenciada a seguir:

Gênero... Pode ser definido como um conjunto de comportamentos direcionados a um determinado sexo (feminino e masculino). É construído socialmente ao longo dos séculos (Participante 1).

Gênero é o sexo feminino e masculino (Participante 2).

Não! Gênero é o que você escolhe, vou me colocar tipo, eu sou menina e me identifico como menino, isso é sexualidade, não é? (Participante 3).

Gênero é o que eu me identifico, eu acho... (Participante 5).

Gênero é masculino e/ou feminino, ou seja, a diferença entre eles (Participante 6).

Sexo são as atribuições do que é ser menina ou menino que a sociedade prega (Participante 9).

Como apontam Auad, Ramos e Salvador (2017, p. 189), “o conceito de gênero se situa, assim, como uma maneira de interpretar e



visualizar homens e mulheres, de modo a acarretar não apenas diferença, mas diferença hierarquizada e, portanto, desigualdade [...]”. Dessa maneira, compreende-se que “sexo é atributo biológico, enquanto gênero é uma construção social e histórica” (BRAGA 2010b, p. 206), que, vale ressaltar, não descarta a biologia, haja vista que as diferenças de gênero são arquitetadas mediante um corpo.

Em relação à sexualidade, Braga (2010a) acrescenta que, na sala de aula, quando se trabalha, utiliza-se somente o discurso do campo biológico. Isso acaba por comprometer a compreensão sobre a amplitude do conceito de sexualidade. Vemos, nas falas por nós transcritas, opiniões que ratificam essa abordagem, já que o grupo participante deste estudo, em vários momentos, demonstra compreender a sexualidade como opção e/ou como escolha.

Sexualidade está ligado à reprodução, à opção sexual etc. (Participante 9).

Sexualidade é a opção que o sujeito faz por ‘menino’ do sexo masculino ou menina do sexo ‘feminino’ (Participante 10).

Sexualidade é sua opção sexual, o que é escolhido (Participante 11).

Sexualidade é a minha opção: se prefiro homem e mulher (Participante 12).

Sexualidade refere-se à escolha do indivíduo, ou seja, por qual sexo ele irá ter sentimentos, atração, relacionar-se. (Participante 14).

Sobre a sexualidade como **opção**, os estudos de Braga (2010b, p. 50) explicam que “[...] orientação sexual significa por quem se sente desejo de se ter um relacionamento sexual afetivo”. Para essa autora, “é importante enfatizarmos que o objeto de desejo afetivo/sexual não é uma opção, e sim uma construção individual a partir das vivências de vários



fatores, tais como os psicológicos, sociais e culturais”. Do mesmo modo, Camargo; Ribeiro (1999, p.50) salientam que o tema sexualidade tem uma dimensão ampla, “[...] a sexualidade humana, mais do que o ato sexual e a reprodução, abrange as pessoas, seus sentimentos e relacionamentos”. Assim sendo, “a sexualidade é uma energia forte e mobilizadora, uma dimensão da expressão do ser humano em sua relação consigo mesmo e com o outro, lugar do desejo, do prazer e da responsabilidade” (CAMARGO; RIBEIRO, 1999, p. 50). Camargo e Ribeiro (1999) sintetizam também que o tema sexualidade é necessário, porém não é fácil, tampouco aceitável socialmente por algumas pessoas, já que envolve vários preconceitos e tabus construídos historicamente. Justamente por isso, esse tema sofre resistência no ambiente escolar.

A fala das/o acadêmicas/o também sugere o tratamento da sexualidade ligado à **reprodução**. Isso também é evidenciado por Seffner (2006) quando aponta a existência de um referencial da sexualidade: a heterossexual aderente ao discurso de reprodução. Concordando com o autor, acrescentamos que essa compreensão ‘padronizada’ da sexualidade está atrelada aos dogmas religiosos – cristãos – que prezam pelas relações sexuais binárias – estabelecidas entre homens e mulheres –, cujo objetivo é a reprodução – a constituição familiar tradicional. Para Ribeiro (2002), o discurso biológico sobre a sexualidade construído socialmente (pela família, pela igreja e pela medicina) é propagado no espaço escolar. “Relacionado ao discurso biológico está presente o discurso da família-reprodução, em que a sexualidade é representada conforme o modelo adulto, vinculada à reprodução, à formação de uma família” (RIBEIRO, 2002, p. 63). No entanto, salientamos que em se tratando do espaço escolar, há uma diversidade de identidades sexuais que nele coexistem. “Suas identidades sexuais se constituiriam, pois, através das formas como vivem sua sexualidade, com parceiros/as do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros/as” (LOURO, 1997, p. 26). Na concepção dessa autora, tanto o gênero quanto a sexualidade são identidades construídas.

Na escola, os corpos das/os alunas/os são assinalados, vigiados e rotulados a fim de que não fujam às normas estabelecidas socialmente (LOURO, 2003). Assim, compreendemos que, por exemplo, os corpos das



meninas são vigiados de acordo com a condição de normatização de papéis, os quais estão voltados ao âmbito doméstico e ao campo da maternidade, ou seja, à esfera privada. Em contrapartida, os meninos precisam responder às expectativas sociais, também voltadas aos elementos da esfera pública. Além dos corpos heteronormativos (cis), existem outros que são inviabilizados; referimo-nos, aqui, às sexualidades socialmente consideradas ‘desviantes’, ‘estranhas’, ‘anormais’ – estas sofrem repressão e, em muitos casos, são rotuladas e o indivíduo está sujeito ao *bullying* que, infelizmente, inicia-se no próprio espaço educativo e que se reflete em diferentes setores sociais. Desse modo, entendemos que a produção dos corpos está ligada ao controle da sexualidade. Com relação a isso, Camargo e Ribeiro (1999, p. 33), destacam que “o poder disciplinar presente na sociedade contemporânea produz corpos dóceis eficientes mediante os mecanismos que conformam o espírito: regularidade, autoridade, limite, penalidade, culpa e recompensa”. Nesse sentido, as pessoas são produzidas por meio de um sistema de poder (FOUCAULT, 1987).

Gênero E Sexualidade Na Escola E Na Formação Docente

O diálogo das/o acadêmicas/o, com base na *Reportagem sobre o Plano Municipal de Educação* de Campo Mourão (2015) – material problematizador –, evidencia a resistência da escola no trabalho com temas de gênero e de sexualidade (Existe relação de resistência entre os estudos de gênero e a Escola?). Desse modo, o grupo parte da compreensão de que existem alguns entraves na abordagem de temas de gênero e de sexualidade na escola. Isso, muitas vezes, relaciona-se à resistência propagada pela família e pela igreja. Vejamos:

A escola deveria fazer um trabalho primeiramente com os pais para explicar o que é realmente isso e quais são as vantagens de as crianças aprenderem sobre gênero. Se fizer trabalho só com os professores, não vai adiantar, porque, se o professor for falar desse assunto igual já falei, vai ter um problema muito grande (Participante 2).

É difícil, né? Sei lá, não consigo nem pensar como depois de assistir a essa reportagem. Trabalhar gênero é capaz de arranjar um problema para si mesmo... Tem os pais e igrejas... é um assunto proibido. Está todo mundo



cego. Antigamente, não podia falar; de um tempo para cá, deram uma abertura e, agora, parece que não pode falar (Participante 4).

Além dos olhares de aversão por parte da família e das igrejas aos estudos de gênero e de sexualidade, o grupo também destaca a resistência das/os docentes. Essa atitude se relaciona ao componente da formação que faz parte de outro sistema e também à influência da religião em suas representações – que é o enfoque deste estudo.

Eu também acredito que a maioria dos professores é formada em outro sistema. [...] Eles também foram criados muito focados na religião. Então, a maioria não está com a mente aberta para essas novas questões. Isso vem da formação dos professores e nós esquecemos que os professores já têm as suas convicções sobre isso. Então, para desconstruir isso aí e eles aprender que falar sobre gênero e sexualidade na escola é uma coisa muito importante, demora (Participante 5).

As relações desiguais e discriminatórias de gênero e de sexualidade construídas nos diferentes espaços, como família e igreja, são refletidas e estimuladas no ambiente escolar. Sobre isso, Braga (2010b, p. 206) apresenta o seguinte: a “escola, que tem por função social a transmissão da aprendizagem formal, científica e organizada historicamente, ainda apresenta inúmeras dificuldades em trabalhar a temática da sexualidade, em todos os aspectos”. Isso ocorre porque, “[...] no processo de ensino-aprendizagem escolar, os/as professores/as discutem o conhecimento científico e, em sua prática, reproduzem crenças, valores, ideias e interesses” (FRANÇA; CALSA, 2011, p. 111, grifo nosso). Para Correa (2013, p. 49), “[...] a escola está inserida numa sociedade, em muitos aspectos, ainda fundamentada no modelo patriarcal de definições de papéis, o qual influencia a elaboração de leis, as atitudes das/os educadoras/es e outras áreas sociais”.

Para Furlani (2016) a retirada de assuntos que tratam de direitos humanos (gênero e sexualidade) dos Planos Nacionais, Estaduais, Distrital e Municipais e a tentativa da efetivação do Projeto de Lei (PL) Escola Sem Partido são exemplos de intervenções e de imposição de alguns grupos conservadores cristãos na educação. Do mesmo modo, Rosado-Nunes (2015) mostra-nos o quanto a religião cristã tem interferido nas discussões que envolvem a educação, inclusive, sobre os



assuntos relacionados ao gênero e à sexualidade. Para exemplificar tal situação, a autora utiliza as discussões ocorridas à época da trajetória de construção e de aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), quando “[...] grupos religiosos, especialmente católicos e evangélicos, foram os atores fortemente ativos nesse processo de apresentação e votação do PNE” (ROSADO-NUNES, 2015, p. 1241). Tais grupos compreendem que os temas de gênero e de sexualidade são grandes ameaças à sociedade por os compreenderem como algo que causaria a destruição de famílias – as tradicionais –, tidas como ideais.

Ainda, sobre a *reportagem sobre o Plano Municipal de Educação de Campo Mourão-PR*, fizemos os seguintes questionamentos: como você avalia a inserção, o trabalho sobre gênero e sexualidade na escola? De que maneira a escola pode trabalhar gênero e sexualidade? Vocês estão cursando a graduação, quando atuarem na docência, trabalharão esse tema em sala de aula? A seguir, apresentamos as compreensões expressadas:

Sim, entra na questão que podemos dizer que, para a religião, tem que ser a família perfeita (pai, mãe, irmãos). Tudo certo, perfeito, que não foge do padrão imposto (Participante 1).

Quebra esse modelo de família ideal que seria o casal que vai procriar/ que vai ter filhos. Porque, se fossem dois homens ou duas mulheres, isso na visão da igreja vai dificultar. (Participante 2).

Percebo que a família e a igreja estão contra algo [meta 12] que não vai influenciar em nada. Não vai mudar a família, se discutir sobre gênero e sexualidade nas escolas. A ideia deles é não à ideologia de gênero e, sim, à família, como se fosse acabar com a família se discutir gênero na escola. É o contrário (Participante 3).

Essas pessoas que chamam os estudos de gênero por ideologia de gênero não têm conhecimento sobre isso... Não à ideologia de gênero e sim à família. Ideologia de gênero não existe (Participante 4).

O conceito de família foi representado de forma explícita nos fragmentos. O que nos chama a atenção são as evidências a respeito do reconhecimento e da visibilidade da configuração familiar heterossexual (constituída por pai, por mãe e por filhas/os), considerada ideal pelo olhar social e, principalmente, pelo da **religião**. As/o participantes argumentam que há uma relação entre a compreensão de família



tradicional e o entendimento de ‘mundo perfeito’, que equivale à perfeição. Além disso, o grupo complementa que a apreensão que se tem de família por parte de algumas pessoas e da igreja coloca em resistência os estudos de gênero e de sexualidade, como se tais estudos prejudicassem o seu entendimento de família. Dessa forma, as pessoas dizem “não” ao que conhecem como ‘ideologia de gênero’ para dizer “sim” à família. Para o grupo de acadêmico/as, ao contrário do que pensa a maioria, os estudos de gênero são necessários na escola.

Partindo desses apontamentos, apresentamos os estudos de Xavier Filha (2015) que explicam o cenário da discussão de gênero, de sexualidade e de orientação sexual articulado aos Planos de Educação Nacional, estaduais e municipais. Grupos e setores internos e externos ao campo educacional utilizaram os discursos religiosos, os quais foram referendados “[...] por políticos representantes” na discussão acerca de gênero e de sexualidade na escola. Esses setores “[...] acabaram por promover uma ‘cruzada’ entre quem seria a favor ou contra a inclusão dessas temáticas nas políticas públicas e nas instituições educativas” (XAVIER FILHA, 2015, p. 15). Assim sendo, a sexualidade e o gênero que deveriam ser inseridos, debatidos e problematizados na escola se tornaram “[...] campos minados por discursos sociais, culturais e históricos de grupos religiosos, científicos, moralistas, pedagógicos, dentre tantos outros” (XAVIER FILHA, 2015, p. 20). Para Lionço *et al.* (2018, p. 599), “a ‘ideologia de gênero’ tem sido o principal argumento de fundamentalistas religiosos/as e extremistas conservadores/as para a ofensiva contra direitos sexuais no Brasil, [...]”. Assim sendo, o padrão cis-heteronormativo que se tem de família – tido como privilegiado culturalmente –, apontado nos estudos de Mochi e Rezende (2015) e de Pereira e Schimanski (2013), e a subjetividade (crenças, sentimentos e emoções) das/os professoras/es são aspectos que podem alimentar a resistência, o medo e o silenciamento no trabalho com gênero e sexualidade na escola.

Com base nos estudos de Furlani (2016) e de Manhas (2016), reforçamos a ideia de que ‘ideologia de gênero’ é um termo equivocado que está sendo utilizado por alguns movimentos conservadores e religiosos, com base em informações distorcidas, desrespeitosas e



difamatórias, para fazer resistência aos estudos de gênero, os quais adentram o espaço educativo. Diante disso, a consideração aqui apresentada é a de que a concepção/idealização cultural de família é um dos aspectos que se relaciona à mobilização contrária aos estudos de gênero, de sexualidades e aos assuntos que se voltam aos direitos humanos. Isso pode ser exemplificado por algumas realidades escolares e pelas discussões de 2015 acerca dos PME, bem como pelas compreensões apresentadas pelas/o participantes desse estudo.

Novamente, os discursos do grupo participante desta pesquisa confirmam que, em resistência aos estudos de gênero e de sexualidade, a estratégia utilizada é a ênfase na defesa da família tradicional – aquela ‘perfeita/ideal’, que visa a reprodução –, incentivada pelos religiosos, inclusive por meio da bíblia. Observamos isso nos seguintes trechos:

Na Bíblia, tem que o homem com a mulher sempre. Então, para elas, creio que é difícil aceitar isso porque os exemplos que eles vêm na igreja são do homem e a mulher e os filhos (Participante 2).

A bíblia também traz questão de gênero, que Deus criou o homem e a mulher. Aquilo e pronto! Deus criou a Eva para reproduzir filhos... (Participante 6).

A própria bíblia diz cresci e multiplicaís... (Participante 7).

Sobre as concepções de família, recorreremos aos estudos de Pereira e Schimanski (2013) e de Mochi e Rezende (2015) que nos chamam a atenção para dois aspectos. Primeiramente, a sociedade, assim como a escola que a representa, convive com diferentes configurações familiares, as quais também precisam de visibilidade e de respeito, assim como acontece com a família ‘tradicional’. A outra questão se refere à explicação de que os estudos de gênero se voltam a diversas abordagens (como todas as formas de violência, de abuso sexual infanto-juvenil, de preconceitos, de discriminação, de machismo, de homofobia, de transfobia etc.), que estão presentes, diariamente, em diferentes espaços de socialização. Entendemos, portanto, que a afirmação de que gênero é uma ‘ideologia’ que visa ‘destruir a família’ e os ‘valores’ é, no mínimo, contraditória, e isso demonstra a falta de conhecimento sobre os referidos temas, assim como a defesa dos padrões sociais cis-heteronormativos por alguns setores e grupos da sociedade – principalmente, os religiosos.



Religião, Educação, Gênero E Sexualidade: Laicidade Posta Em Questão

Os estudos de Souza (2014), de Rosado-Nunes (2015), de Prandi e Santos (2015), de Giumbelli (2014), de Finamore e Carvalho (2006) e de Okin (2008) também nos mostram que as marcas da religião são vivenciadas nos mais diferentes espaços públicos. Na educação, por exemplo, tem ganhado possíveis visibilidades e, concomitantemente, forças decisivas nos mais variados assuntos inerentes à política educacional. A igualdade de gênero, no PNE (BRASIL, 2014), é um dos direitos que tem sofrido interferência de setores católicos e evangélicos, os quais se colocam contra tal direito e distorcem a proposta do PNE, por meio de escritos e de mensagens midiáticas. “[...] Utilizando-se especialmente do recurso da internet, organizações católicas e evangélicas fizeram diversas campanhas contra a inclusão da diretriz pela igualdade de gênero e de orientação sexual” (SOUZA, 2014, p. 193).

Percebemos essa afirmação nos relatos das/o participantes, com base no material problematizador *Orações para Bobby* e na questão norteadora semiestruturada (Qual é sua representação sobre a religião?), que indicaram a religião e, conseqüentemente, a Bíblia como marcadores de gênero e de sexualidade.

A religião é outra... A religião também é marcador de gênero (Participante 2).

Exatamente, o homem manipula [a bíblia] da forma que ele quer, porque, se você for ver lá nos 10 mandamentos, não está falando homem, mulher ou gênero ou qualquer espécie ou qualquer coisa (Participante 13).

O grupo compreende que a religião é uma instituição que demarca lugares, papéis e expectativas para os gêneros. Como exemplo disso, podemos mencionar os ensinamentos que meninas e meninos recebem dentro de algumas religiões, assim como a não aceitação da religião em relação à população LGBT.

Porque a menina, dentro de algumas religiões, ela é criada para ser a mãe, para ser a dona de casa e o menino não; é criado para ser machão... saber com que vai trabalhar... (Participante 3).



Participo da igreja católica, e lá, assim, como posso perceber, esta questão de gênero, homossexualidade, a igreja fecha os olhos. Para ela, estes assuntos são intocáveis (Participante 8).

O fundamentalismo religioso se expressa de forma ofensiva contra os direitos humanos, que foram conseguidos por meio de muita luta e que proporcionaram visibilidade às identidades sexuais (homossexuais, travestis, transexuais etc.). O fundamentalismo, por exemplo, “[...] recusa princípios democráticos seculares em uma era de instabilidade e dispersão das representações, reivindicando o retorno de tradições como preceitos basilares da vida social” (LIONÇO, 2017, p. 209). Desse modo, Lionço (2017) salienta que o fundamentalismo, ao ser favorável ao combate de estudos que “ameaçam” seus valores em suas expressões culturais, possui um caráter antidemocrático. Atrelada à participação religiosa em defesa da família – a tradicional –, há que se considerar também o campo partidário – os protestos da direita –, em que “[...] as principais questões no tema defesa da família são a luta contra o aborto, a união civil entre pessoas do mesmo sexo e a descriminalização das drogas” (TATAGIBA, 2017, p. 90). Como apresenta essa autora, “a defesa da família e a defesa da ordem caminham de mãos dadas e requerem um Estado repressivo para manter ou reconduzir as pessoas e as coisas aos seus lugares” (TATAGIBA, 2017, p. 92). Diante desses apontamentos, compreendemos que a sociedade atual se caracteriza por meio dessas observações e dessas ações religiosas e conservadoras partidárias, as quais, como pontua Tatagiba (2017), inibem políticas públicas voltadas à população LGBT.

Nas falas das/o participantes, observamos que há resistência religiosa aos estudos de gênero e de sexualidade. De forma unânime, o grupo assinala que a religião de matriz cristã tem sido um entrave aos estudos de gênero e de sexualidade. Apresentamos, a seguir, partes do debate que, além dessas compreensões, destacam como a igreja tem abordado, compreendido os temas de gênero e de sexualidade. Para isso, utilizamos estas perguntas norteadoras: como a religião aborda a sexualidade? O que as igrejas dizem sobre os estudos de gênero? Diante da posição da igreja em relação a esse tema, qual é a sua opinião? Como resultado, obtivemos que o olhar da religião se volta à proibição e à



distorção dos estudos de gênero e de sexualidade. Isso se relaciona a preceitos heteronormativos predominantes na sociedade. O grupo menciona que a religião aborda a sexualidade e o gênero como algo 'ruim' e contrário aos preceitos de Deus e da família, ou seja, a instituição religiosa vê os estudos acerca desses temas como tabus.

A religião aborda a sexualidade e o gênero como algo ruim e contrário aos preceitos de Deus. A igreja é contra os estudos de gênero; para os religiosos, homem nasce homem e mulher nasce mulher. Não é certo trocar de gênero segundo eles. Em minha opinião, os estudos de gênero não influenciam as crianças, apenas ajudam elas a saber, respeitar o próximo (Participante 1).

A religião nega a sexualidade e o gênero,..., porque não aceita os diferentes dos padrões da sociedade, como a família entre dois homens ou duas mulheres ou um transexual, bissexual, *gays* e lésbicas. A igreja contribui para o conservadorismo, não aceitando outras formas de ser, porque vê essas formas de ser como um pecado (Participante 3).

São dois temas delicados e intocáveis pela igreja. A igreja determina o que espera de seus fiéis e seguidores, não abre portas para tais questões da sociedade. Prega-se apenas o que está escrito na bíblia. Na minha opinião, a igreja deveria discutir sim as questões de gênero. Fechando os olhos, como ela tem feito ultimamente, só tende a perder fiéis (Participante 5).

Com o intuito de favorecer as questões de cunho moral e privado, é crescente a intervenção de grupos religiosos por meio de olhares conservadores sobre os temas que permeiam os direitos humanos, como gênero, sexualidade, descriminalização do aborto, união civil entre pessoas do mesmo sexo, adoção de crianças por casais homossexuais etc.. (MACHADO, 2012; BRANDÃO; LOPES 2018). Outro dado evidenciado em nossa análise é a relação de ambivalência (ou não) entre religião e ciência, principalmente a que estuda gênero e sexualidade. Tal característica anuncia a (im)possibilidade de ser religiosa/o e defender pautas de gênero concomitantemente. Ao iniciar a conversação, o grupo deixa transparecer a compreensão de que não é possível ser religioso e discutir gênero:

Tem gente que acredita em Deus e outros não. Não pode ir junto aos dois [religião e gênero] (**Participante 19**).

Com base nesse pensamento, perguntamos ao grupo se havia a possibilidade de ser religiosa/o e discutir, defender pautas de gênero e



sexualidade. Para isso, questionamos o seguinte: é possível ser religiosa/o e defender, trabalhar pautas sobre gênero e sexualidade? Explique detalhadamente. Em um primeiro momento, chamou-nos atenção a seguinte fala:

No meu ponto de vista, quem é realmente religioso pode até trabalhar sobre gênero e sexualidade e respeitar, mas não vão defender que seus filhos troquem de gênero ou gostem de pessoas do mesmo sexo (Participante 2).

Nessa fala, aparentemente, as/o participantes nos mostram que pode, de certa forma, existir o trabalho sobre gênero e sexualidade, desde que a defesa se faça em torno da heteronormatividade (cis), em se tratando da identidade de gênero e da sexualidade. Nesse caminho, destacamos outro fragmento:

É possível se a pessoa estiver disposta a ignorar certos dogmas religiosos. Ou se ela seguir uma religião que não condena esse tema (Participante 5).

Em oposição às ressalvas apontadas, no desenvolvimento da conversa, as/o mesmas/o acadêmicas/o dizem acreditar na possibilidade de ser religiosa/o e adotar, simultaneamente, uma postura de defesa às pautas de gênero e de sexualidade, inclusive apresentando indícios de restrições, de representações e de estratégias utilizadas para justificar seus posicionamentos.

Eu acho que é possível sim, porque você estará mostrando às pessoas que existe diversidade e que conviver com elas.... É preciso discutir estas questões, pois elas estão presentes no nosso dia a dia (Participante 9).

Acredito que qualquer religioso pode e deve discutir temas como gênero e sexualidade, pois isso não vai interferir, como muitos pensam, na constituição familiar de cada pessoa. Sou religiosa e defendo a discussão de qualquer tema que possibilite a melhor convivência da sociedade. Além disso, é por meio dessas discussões que muitas pessoas percebem que vivem em condições de abusos de qualquer natureza, se conscientizam, denunciam e passam a viver com maior dignidade. Não se deve misturar as coisas. A religião não vai acabar, ou seja, as pessoas não vão deixar de seguir seu Deus por discutirem temas como sexualidade e gênero em qualquer esfera da sociedade (Participante 11).

É possível. A pessoa que se diz religiosa tem a obrigação de respeitar as diferenças dos outros. Eu, por exemplo, não concordo com certos aspectos envolvendo gênero, porém respeito. Os religiosos deveriam fazer o mesmo, mas nem sempre isso acontece (Participante 6).



No meu ponto de vista, sim. Eu mesma tenho minha religião e defendo as pautas de gênero e sexualidade e estou começando a caminhar com uma pesquisa nesta área; no entanto, ainda sou leiga no assunto e tenho muito que aprender. Acho [...] sim que é possível ser religiosa e defender estas pautas fundamentais (Participante 10).

Sim, as pessoas devem ter consciência e procurar conhecimentos sobre os dois [religião e gênero/sexualidade] (Participante 8).

Notamos dois pontos nas falas anteriores: o pertencimento religioso das/o acadêmicas/o e a defesa dos estudos de gênero e de sexualidade. Esse panorama revela o aspecto da subjetividade, que é expressa pela autonomia do grupo diante de suas crenças religiosas. Entendemos, com base no conteúdo enunciado pelo grupo, que o fato de ter uma religião não significa seguir suas crenças à risca; elas podem ser ressignificadas, selecionadas e/ou até descartadas. Esse aspecto é retratado por este fragmento:

Como eu falei, você tem que manter a fé em Deus. E o negócio, em questão da religião, fechar os olhos para algumas coisas, porque, esse dia, vi um vídeo que me chocou. O padre estava dando a hóstia na boca de todo mundo e, quando chegou a vez da mulher negra, ele pegou, parou e olhou e deu para ela pegar na mão. Mas não pode esquecer que a igreja é feita, é constituída por homens como a gente (Participante 11).

Assim, compreendemos que, ao se apropriar das crenças que lhes convêm, adentramos no campo da autonomia, que entendemos como “[...] a condição, de uma pessoa ou coletividade, para determinar ela mesma a lei ou leis à qual se submete [...]. O indivíduo autônomo não é aquele que vive sem regras mas aquele que obedece regras por ele escolhidas” (RIVERA, 2002, p. 92-93). Tal conceito se difere da heteronomia, que se refere às leis externas às quais as pessoas se submetem, tirando, assim, o seu direito de reflexão e de questionamento (RIVERA, 2002). Para o autor, “uma das características, talvez a mais importante, da secularização, é o ganho de autonomia a respeito da interpretação religiosa do mundo, e mais especialmente, a respeito da instituição religiosa” (RIVERA, 2002, p. 93, grifo nosso). Além da autonomia, como características da religião na modernidade, temos a individualização e a subjetividade das crenças e das práticas (HERVIEU-LÉGER, 2008). Isso representa, segundo Hervieu-Léger (2008, p. 42), o “[...] enfraquecimento do papel das instituições guardiãs das regras da fé”. Para a autora, a “[...]”



‘perda de regulamentação’ aparece principalmente na liberdade com que os indivíduos ‘constroem’ seu próprio sistema de fé, fora de qualquer referência a um corpo de crenças institucionalmente validado (HERVIEU-LÉGER, 2008, p. 42). Assim sendo, a representação das crenças se constitui por meio da diversificação das bricolagens.

Compreendemos que, certamente, há influência da religião na formação das pessoas, inclusive, na das/o próprias/o participantes dessa investigação, uma vez que a privatização da crença não significa a perda da crença social, pois as religiões mantêm uma identidade social. “Seria um erro considerável deduzir [...] que as instituições tenham perdido, ou estejam em vias de perder, toda capacidade de contribuir na formação de identidades sociais” (HERVIEU-LÉGER, 2008, p. 51). A esse respeito, Fontanella (2018) pontua, como resultado de seu estudo, que, mesmo com cenário de enfraquecimento da religião, a religiosidade ainda se constitui como elemento importante na identidade das/os jovens.

No entanto, é inegável, nas representações das/o acadêmicas/o, a subjetividade e a individualizações das crenças, quando apontam, por exemplo, que é preciso manter a fé em Deus e fechar os olhos para algumas questões que envolvem a religião. Isso significa que, pelo fato de ter fé ou de pertencer à determinada religião, não quer dizer que, necessariamente, a pessoa concorda com os princípios e os olhares daquela religião em sua totalidade. Fontanella (2018, p. 78) acrescenta que “[...] os jovens constroem a crença à sua maneira, não necessariamente atendendo a todas as orientações de sua Igreja”. Na sequência, trazemos frases do grupo que apontam a relação entre crença e ciência. Vejamos:

[...] a escola está tentando ensinar as crianças a se colocar no lugar do outro, mas me parece que a igreja está o contrário; a igreja está falando que não e os professores estão lá falando que sim... aprender a respeitar o outro (Participante 6).

Que nem no filme, padre questionou que a Bíblia foi escrita por pessoas mortais. Diz que não foi Deus que escreveu a Bíblia; foram os homens que escreveram a Bíblia... Não sei vocês, mas eu entro em conflito direto... A gente tem a fé e se depara com questões [gênero] que fica meio maluco... (Participante 10).



As considerações anteriores sinalizam situações de conflito, de interpretação e de observação por parte das/o acadêmicas/o. Tais falas refletem o processo de individualização de crenças ligadas às vivências da universidade e da escola. Os estudos de Fontanella (2018) e de Pátaro e Frank (2018), mostram que a vivência na universidade tem proporcionado às/aos jovens novas visões sobre o campo religioso. Nesse sentido, as/os estudantes “[...] fazem escolhas, experimentações, mudam de religião, misturam crenças e dialogam com o conhecimento científico” (FONTANELLA, 2018, p. 76). Assim sendo, mesmo com a separação entre a religião e a ciência por meio do amparo legal, os estudos de Fontanella (2018, p. 104) apontam que “o sagrado, assim como seus operadores institucionais, não está margeado da constituição das identidades dos indivíduos”. No entanto, ressalta a autora que, embora a religião continue influenciando as pessoas, atualmente, essa interferência está enfraquecida. Assim sendo, a autora salienta que “podemos conjecturar a respeito da influência da Universidade neste movimento de enfraquecimento da religião” (FONTANELLA, 2018, p. 71, grifo nosso). Isso acontece graças ao desenvolvimento da criticidade proporcionado pela referida instituição (FONTANELLA, 2018).

Por fim, as/o participantes deste estudo assinalam a oposição do ESP (Escola Sem Partido) em relação aos estudos de gênero e de sexualidade – que, aliás, têm enfrentado resistência da própria escola.

Escola sem partido é a escola da mordação. Então, se a gente encontra resistência nas escolas normais nas questões de gênero, então, na Escola Sem Partido nem se fala. O fato é que quem apoia a Escola Sem Partido são as pessoas bem tradicionais... como que vai aceitar que esse assunto seja tratado na escola... Sempre vão reprimir a pessoa que se mostra diferente (Participante 1).

Alguém comentou, esses dias, que teve uma palestra em certa escola sobre sexualidade. Duas crianças lá denunciaram abuso, ou seja, as crianças são muito inocentes. Elas não sabem se aquilo é um abuso com ela. Por isso, é muito importante comentar esse tema na escola. Eles precisam ter consciência e aprender sobre isso. E aí vem a Escola sem Partido... Mas a escola tem que dialogar; a escola tem que ser educadora (Participante 3).

Trabalhar gênero é capaz de arranjar um problema para si mesmo... Tem os pais e igrejas... e Escola sem Partido agora... É um assunto proibido... (Participante 5).



A educação vem sofrendo impactos da política e do campo religioso (LIONÇO, 2017; BRANDÃO; LOPES, 2018). Para elucidar isso, pensemos no Projeto de Lei Escola Sem Partido, que evidencia possíveis retrocessos, desafios educacionais e limitações da função da escola e do papel das/os professoras/es para com o ensino e a aprendizagem, que são o objetivo primordial da educação escolar, que, por sua vez, a nosso ver, é um direito constitucional. É necessário que a escola eduque para a criticidade e não para a alienação, a opressão e a passividade, como sugere o referido PL e toda a conjuntura política que o permeia (PENNA, 2017; FREITAS, 2017; MANHAS, 2016). Reconhecer e respeitar a diversidade de gênero e de sexualidade que coexiste no espaço da escola, ao que parece, não é intenção do ESP, que “[...] passou a advogar em defesa de uma prática pedagógica supostamente plural. Porém, sob o véu da pluralidade declarada o que se observa é a promoção de um perigoso dogmatismo conservador” (CARA, 2016, p. 45).

Do mesmo modo, Menezes e Silva (2022) salientam que o cenário político que correspondeu ao ano eleitoral de 2018, os estudos voltados às questões de gênero e sexualidade foram altamente atacados pela direita conservadora. Alguns grupos sociais e políticos se posicionaram contra os estudos de gênero e de sexualidade no espaço da escola, argumentando que tais assuntos estariam interferindo significativamente na concepção de família tradicional, o que atingiria os ‘valores sociais’. Muitos foram os discursos distorcidos disseminados pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, que se utilizou de recursos nas redes sociais para investir “[...] fortemente no combate a um inimigo que supostamente deturparia a inocência das crianças, levando-as a uma sexualização precoce: a ‘ideologia de gênero’” (MENEZES; VIEIRA, 2022, p. 178). Junto a ele, outros/as candidatos/as alinhados/as à direita também travaram luta da ofensiva antigênero, cujo objetivo seria ganhar os eleitores/as que se colocaram em oposição aos estudos de gênero e de sexualidade de forma radical (MENEZES; SILVA, 2022).

Machado (2012; 2013; 2017) revela a proximidade entre os campos da religião e da política. Atores religiosos utilizam-se da força política para intervir em decisões públicas e educacionais. Para Manhas (2016), há ligação entre ESP e ‘ideologias de gênero’. As/Os mesmas/os fundamentalistas que defendem esse PL também disseminam suas ideologias e suas crenças contrárias aos estudos de gênero, o que



distorcem a temática e, conseqüentemente, manipulam as pessoas, causando, dessa forma, retrocessos aos avanços de políticas públicas. Tal manipulação é perceptível no contexto de aprovação do Plano Nacional de Educação, bem como no dos planos estaduais e municipais.

Como podemos verificar, o conteúdo das narrativas das/o acadêmicas/o exibidas a seguir corrobora os estudos de Machado (2012) e de Manhas (2016), uma vez que o grupo pondera que os receios sobre os estudos de gênero e de sexualidade são provenientes de informações distorcidas, cujo intuito é a manutenção dos preceitos religiosos propagados. Como exemplo disso temos o denominado ‘*kit gay*’ e, paralelamente, a adesão da ‘ideologia de gênero’.

Quando falamos das questões de gênero e sexualidade na escola, o que pais vão imaginar: que vai ensinar... fazer sexo... *kit gay*... leva para esse lado, porque essa pessoa não construiu o conhecimento. As informações são distorcidas pela *internet*, pelas redes sociais. E muitas pessoas não procuram ler o que está dentro da lei. Não, já olha naquele *post* e vai falando: “Ah, na minha casa não tem ideologia de gênero”. Já faz uma mistura, então, não procura saber o que realmente está falando, já acha... Como tem um político nosso que leva pelo lado do ato sexual e não no da importância desse assunto tem na vida das pessoas, esse tema, né? (Participante 5).

Essa fala elucida as informações equivocadas sobre os estudos de gênero e de sexualidade que foram propagadas no cenário político de 2018 e de 2019. Nessa época, muito se falava sobre gênero e sexualidade; atualmente, ainda se fala. No entanto, esses discursos se pautam no senso comum, sobretudo em informações incoerentes e desrespeitosas, o que causa um receio maior em relação a tais temas, já que os estudos de gênero passaram a ser vistos pelo ângulo de um grupo político e religioso e da direita, segundo o qual a efetivação de tais discussões influenciaria a concepção tradicional de família, atingindo, assim, os seus valores.

O ‘*kit gay*’, assim conhecido por parte da população, refere-se ao *Kit de Combate e Prevenção à Homofobia* (OLIVEIRA JÚNIOR; MAIO, 2017). Para o autor e a autora, o referido *kit* (vetado no governo da presidenta Dilma Rousseff, em 2011) era composto por diversos materiais didáticos pedagógicos. Esses materiais seriam destinados às/aos profissionais da escola pública, mais especificamente do Ensino Médio, com o objetivo de combater a homofobia na escola e proporcionar o respeito às diversas identidades de gênero e sexuais. O intuito do *kit*,



porém, foi distorcido por diferentes setores externos e internos à escola; foi proferida, inclusive, a ideia de que tal *'kit gay'* incentivaria a homossexualidade (OLIVEIRA JÚNIOR; MAIO, 2017).

Os estudos de Braga (2010b) nos permitem compreender que a escola tem papel fundamental na propagação do conhecimento sistematizado. Nesse sentido, defendemos o trabalho com gênero e com sexualidade cuja base seja científica. No entanto, os discursos do ESP, assegurados pela tal *'ideologia de gênero'* e expressos por uma linguagem ancorada no senso comum, têm contribuído para a aversão ao gênero e à sexualidade (PENNA, 2017; JUNQUEIRA, 2017). Diante desse panorama em que se expressam pensamentos que transgridam as abordagens de gênero e de sexualidade com base científica, entendemos a universidade e a escola como instituições essenciais na formação humana.

Considerações Alcançadas

Os resultados desta pesquisa, de modo geral, apontam que a religião influencia os estudos de gênero e de sexualidade, o que tem alimentado a oposição a essas temáticas tão necessárias no campo da educação. De certa forma, essa resistência relaciona-se à propagação de ideias fundamentalistas, as quais são asseguradas pela religião de matriz cristã, pelo movimento partidário da direita conservadora e pelo movimento Escola Sem Partido. Para manter padrões (cis)normativos, esse grupo vem amparando-se em informações distorcidas, muitas vezes baseadas no senso comum, que geram pânico moral e, conseqüentemente, uma polêmica desfavorável quanto aos estudos de gênero, de sexualidade e de direitos humanos; com isso, inibem-se as políticas públicas, bem como se fere o princípio da laicidade em que se institui, constitucionalmente, a educação pública.

Outro aspecto marcante em nossa pesquisa refere-se à (in)compatibilidade entre a religião e os estudos de gênero e de sexualidade. No primeiro momento, o grupo, de forma unânime, anunciou que a religião não aceita as discussões de gênero e de sexualidade. Segundo as/o estudantes, ela resiste a tais temas por compreendê-los como ameaça a seus princípios morais, principalmente



aqueles contrários à concepção tradicional – heterossexual (cis). Em um segundo momento, o mesmo grupo apontou o seguinte: é possível conciliar as crenças religiosas e os estudos de gênero e de sexualidade na universidade e, conseqüentemente, na escola. Ressaltamos, porém, que as/o participantes deste estudo, ao defenderem tais temas vinculados ao âmbito da universidade e da escola, deixaram transparecer, em suas falas, conflitos, dúvidas e ressalvas. Também notamos que algumas crenças foram ressignificadas pelo aspecto da subjetividade, enquanto outras, conforme a influência dos princípios da religião cristã, estão impregnadas de sentidos normativos e naturalizados nas falas das/o participantes. Isso nos mostra que há certa resistência, inclusive, por parte das/o próprias/o acadêmicas/os em relação aos estudos de gênero e de sexualidade. Partindo dessas considerações, nosso olhar se volta à desconstrução de estereótipos de gênero e de sexualidade e ao respeito das identidades sexuais, sobretudo as plurais. Para isso, a escola e a universidade têm papel fundamental nesse processo, o qual deve, principalmente, ser eficaz.

Referências

AUAD, Daniela; RAMOS, Maria Rita Neves; SALVADOR, Raquel Borges. Educação, emancipação e feminismos possíveis: um olhar histórico sobre a igualdade de gênero na escola. *Revista Educação e Emancipação*, São Luís, v. 10, n.4, p. 186-208, set./dez. 2017.

BRAGA, Eliane Rose Maio. Diversidade sexual: questões pedagógicas. In: SILVA, Henrique Manoel da; CELÓRIO, José Aparecido; SILVA, Márcia Cristina Amaral da (Orgs.). *Saberes e sabores da Educação*. Maringá/PR: Eduem, 2010a, p. 49-58.

BRAGA, Eliane Rose Maio. Gênero, sexualidade e educação: questões pertinentes à Pedagogia. In: CARVALHO, Elma Júlia G. de; FAUSTINO, Rosângela Célia (Orgs.). *Educação e diversidade cultural*. Maringá/PR: Eduem, 2010b. p. 205-218.

BRANDÃO, Elaine Reis; LOPES, Rebecca Faray Ferreira. “Não é competência do professor ser sexólogo”. O debate público sobre gênero e sexualidade no Plano Nacional de Educação. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 100-123, jan./abr. 2018.



BRASIL. *Plano Nacional de Educação 2014-2024*. Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. Disponível em: <http://www.observatoriopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2018.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMARGO, Ana Maria Facioli; RIBEIRO, Cláudia. *Sexualidade(s) e infância(s): a sexualidade como um tema transversal*. Campinas/SP: Moderna, 1999.

CARA, Daniel. “O Programa Escala Sem Partido” quer uma escola sem educação. In: *Ação Educativa. A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso/ação*. Assessoria, pesquisa e informação (Org.) São Paulo: Ação Educativa, 2016. p. 43-48.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; RABAY, Glória. Usos e incompreensões do conceito de gênero no discurso educacional no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 119-136, jan./abr. 2015.

CORREA, Crishna Mirella de Andrade. Educação, lei e sexualidade: a importância da discussão sobre os padrões normativos do comportamento sexual e de gênero na escola. In: MAIO, Eliane Rose; CORREA, Crishna Mirella de Andrade (Orgs.). *Gênero, direitos e diversidade sexual: trajetórias escolares*. Maringá/PR: Eduem, 2013. p. 43-53.

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira. Docentes, representações sobre relação de gênero e consequências sobre o cotidiano escolar. In: SOARES, Guiomar Freitas; SILVA, Meri Rosana Santos da; RIBEIRO, Paula Regina Costa (Orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade*. Problematizando práticas educativas e culturais. Rio Grande/RS: FURG, 2006. p. 62-74.

FINAMORE, Claudia Maria; CARVALHO, João Eduardo Coin de. Mulheres candidatas: relações entre gênero, mídia e discurso. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 347-362, maio/ago. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2006000200002/7753>. Acesso em: 08 fev. 2018.

FONTANELLA, Ada Otoni Ferreira. “Cada um pode ter a fé em Deus ou em alguma coisa”: compreensões de jovens universitários católicos e evangélicos.



121f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Desenvolvimento) – Programa de Pós-graduação Sociedade e Desenvolvimento, Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão, 2018.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1987.

FRANÇA, Fabiane Freire; CALSA, Geiva Carolina. Gênero e sexualidade nas séries iniciais da educação básica: uma proposta de reflexão à formação docente. *Revista da Católica*, Uberlândia/MG. v. 3, n.1, p. 301-312, 2011.

FREITAS, Nivaldo Alexandre. Escola sem partido como instrumento de falsa formação. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, Uberlândia/MG, v. 14, n. 1, p. 1-20, jan./jun. 2017. Disponível em: www.revistafenix.pro.br. Acesso em: 10 jan. de 2018.

FURLANI, Jimena. “*Ideologia de Gênero*”? *Explicando as confusões teóricas presentes na cartilha*. Versão revisada 2016. Florianópolis: FAED, UDESDC. Laboratório de Estudos de Gênero e Família. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/oBxw_jT3HkWUOcEJxc2dLX3VKcmM/view. Acesso em: 30 ago 2019.

GIUMBELLI, Emerson. Cultura pública: evangélicos e sua presença na sociedade brasileira. In: GIUMBELLI, Emerson (Org.). *Símbolos religiosos em controvérsias*. São Paulo: Terceiro Nome, 2014. p. 189-207.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. *O peregrino e o convertido: a religião em movimento*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: como a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes (Org.). *Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade*. Rio Grande/RS: Editora da FURG, 2017, p. 25-52.

MENEZES, Danley Barra de; SILVA, Francisco Vieira da. “Quem salvará nossos filhos?”: discursos sobre a “ideologia de gênero” na campanha eleitoral de 2018. *Revista da Anpoll*, Florianópolis, v. 53, n. 1, p. 177-198, jan.-abr., 2022.

LIONÇO, Tatiana. Psicologia, democracia e laicidade em tempos de fundamentalismo religioso no Brasil. *Revista Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 37, n. esp., p. 208-223, 2017.



LIONÇO, Tatiana *et al.* “Ideologia de gênero”: estratégia argumentativa que forja cientificidade para o fundamentalismo religioso. *Psicologia Política*, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 599-621, set./dez. 2018.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. *Corpos que escapam*. Estudos Feministas. Brasília, n. 4. ago.- dez. de 2003. Disponível em: <http://www.unb.br/ih/his/gefem>. Acesso em: 13 nov. 2019.

LOURO. Guacira Lopes. Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade. *Revista brasileira de pesquisa sobre formação docente*, Belo Horizonte. v. 3, n. 4, p. 62-70, jan./jul. 2011. Disponível em: <https://revformacaodocente.com.br/index.php/rbpf/article/view/31>. Acesso em: 01 dez. 2019.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Religião, cultura e política. *Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, p. 29-56, 2012.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Discursos pentecostais em torno do aborto e da homossexualidade na sociedade brasileira. *Cultura y Religión*, Santiago, v. 7, n. 2, p. 48-68, 2013.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Pentecostais, sexualidade e família no congresso nacional. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 23, n. 47, p. 351-380, jan./abr.2017.

MAIO, Eliane Rose. *O Nome da Coisa*. Maringá/PR: Unicorpore, 2011.

MANHAS, Cleomar. Nada mais ideológico que “Escola sem Partido”. In: Ação Educativa. *A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso/ação*. Assessoria, pesquisa e informação (Org.) São Paulo: Ação Educativa, 2016, p.15-22.

MARTINO, Luís Mauro Sá. Mediatização da religião e esfera pública nas eleições paulistanas de 2012. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, v.1, n.14, p. 7-26, maio/ago. 2012.

MOCHI, Luciene Celina Cristina, REZENDE, Wânia da Silva. Eu sou, tu és, ele é. E elas, o que são? Famílias homoafetivas femininas: discutindo identidade de gênero no espaço escolar. In: IV SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SEXUAL: FEMINISMO, IDENTIDADES DE GÊNERO E



POLÍTICAS PÚBLICAS, 4, 2015, Maringá. *Anais [...]*. Maringá/PR: UEM, 2015. s.p.

OLIVEIRA JÚNIOR, Isaias Batista de; MAIO, Eliane Rose. “Não vai ser permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais”: o discurso inaugural no “desagendamento” do *kit gay* do MEC. *Revista E-Curriculum*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 125-152, 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/23427>. Acesso em: 10 ago. 2019.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. *Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 305-332, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2008000200002/8618>. Acesso em: 07 mar. 2018.

ORO, Ari Pedro. A reconstrução do espaço público religioso brasileiro: o protagonismo da Igreja Universal do Reino de Deus. In: MEZZOMO, Frank Antonio; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira; HAHN, Fábio André. (Orgs.). *Religião, cultura e espaço público*. São Paulo: Olho D’Água, 2016. p. 51-78.

PENNA, Fernando de Araújo. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Escola “sem” Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade*. Rio de Janeiro: UERJ, 2017, p. 35-48.

PEREIRA, Cláudia Moraes e Silva; SCHIMANSKI, Edina. A família homoafetiva na perspectiva dos estudos de gênero. In: FAZENDO GÊNERO: 10 DESAFIOS ATUAIS DO FEMINISMO, nº10 2013, Florianópolis. *Anais [...]* Florianópolis: UFSC, 2013. p.1 -12. Universidade Federal de Santa Catarina, 2013. Disponível em: http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/old_20/1384272489_ARQUIVO_ClaudiaMoraeseSilvaPereira.pdf. Acesso em jul de 2019.

PRANDI, Reginaldo; SANTOS, Renan William dos. Mudança religiosa na sociedade secularizada: o Brasil 50 anos após o Concílio Vaticano II. *Contemporânea*, São Carlos/SP, v. 5, n. 2, p. 351-379, jul./dez.2015. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/349>. Acesso em: 03 dez. 2017.

RIBEIRO, Paula Regina Costa. *Inscrevendo a sexualidade: discursos e práticas de professores das séries iniciais do ensino fundamental*. 125f. Tese



(Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Ciências Biológicas: Bioquímica, Instituto de Ciências Básicas da Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

RIVERA, Paulo Barrera. Desencantamento do mundo e declínio dos compromissos religiosos: a transformação religiosa antes da pós-modernidade. *Ciências Sociais e Religião*. Porto Alegre, v. 4, n. 4, p. 87-104, out.2002.

ROSADO-NUNES, Maria José Fontelas. A “ideologia de gênero” na discussão do PNE: a intervenção da hierarquia católica. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 13, n. 39, p. 1237-1260, set. 2015.

SEFFNER, Fernando. Cruzamento entre gênero e sexualidade na ótica da construção da(s) identidade(s) e da(s) diferença(s). In: SOARES, Guiomar Freitas; SILVA, Meri Rosana Santos da; RIBEIRO, Paula Regina Costa (Orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade*. Problematizando práticas educativas e culturais. Rio Grande/RS: FURG, 2006, p. 76-84.

SOUZA, Sandra Duarte de. “Não à ideologia de gênero!” A produção religiosa da violência de gênero na política brasileira. *Estudos de Religião*, São Bernardo do Campo/SP, v. 28, n. 2, p. 188-204, jul./dez.2014.

TATAGIBA, Luciana. Os protestos e a crise brasileira. Um inventário inicial das direitas em movimento (2011-2016). *Revista Sinais Sociais*. Rio de Janeiro, v. 11, p. 71-98, jan./abr. 2017.

XAVIER FILHA, Constantina. Sexualidade e identidade de gênero na infância. *Revista Diversidade e Educação*. Rio Grande, v. 3, n. 6, p. 14-21, jul./dez.2015.

Religion Marks On Education: Gender, Sexuality And Teacher Training

ABSTRACT: This text socializes the results of a research which aimed at studying the understandings of university students from a public university located in Campo Mourão, PR, about themes related to gender and sexuality, in order to understand the influence of religion in this field. For this purpose, a questionnaire and a focal group were used with 18 female university students and 01 male university student from the second year of Pedagogy. The results show the influence of Christian religion and the political party movement from the conservative right about education, mainly about the genre and sexuality studies. This fact has fostered aversions to this theme, which are propagated through fundamentalist ideas in favor of the prevalence of CIS normative standards.

KEYWORDS: Gender. Sexuality. Religion. Teacher Training.

Lucimar Da Luz LEITE

Universidade Estadual de Maringá

Doutora em Educação (UEM/Maringá), Professora, UNESPAR/Campo

Mourão – PR.

E-mail: lukaluz24@hotmail.com

Eliane Rose MAIO

Universidade Estadual de Maringá

Doutora e Pós-Doutora em Educação Escolar (UNESP/Araraquara), coordenadora do grupo de pesquisa NUDISEX, Docente PPE/UEM. Av. Colombo, 5790.

E-mail: elianerosemaio@yahoo.com.br

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-9280-9864>

Recebido em: 12/01/2021

Aprovado em: 01/12/2022